



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2017.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com matriz inscrita no CNPJ 10.446.347 /0001-16 e endereço na Rua Estelita Cruz nº 221, Alto Branco, Campina Grande - PB, apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 026/2016 (o inteiro teor encontra-se no seguinte endereço eletrônico: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_26_2017_Vigilancia_Impugnacao_Alerta.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação está convocada para o dia 16/05/2015 e finda em 13/05/2015 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93. Assim, esta impugnação é tempestiva, impondo-se seu conhecimento.

2. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação visa adequar o procedimento licitatório em epígrafe ao o reconhecimento da necessidade da correção da desarmonia apresentada, com a republicação do edital, desta feita com a previsão da aplicação de alguns tópicos elencados a seguir.

A Impugnante apresenta como ponto de inconformidade a alegação de que algumas exigências não teriam sido atendidas pelo Edital da licitação publicada, citando o seguinte:

1. Apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, conforme estabelece a Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012.
2. Apresentação de certidão de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado conforme determina artigo 14, li, da Lei 7.102/83 e artigo 38 do Decreto 89.056/83.
3. Apresentação de documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento, conforme determina a Portaria nº DPF/MJ nº 3233/2012.
4. Prévia autorização do Departamento de Polícia Federal consoante com o Art. 4º da Portaria nº DPF/MJ nº 3233/2012.
5. Comprovação da prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto licitado, através da apresentação de cópia de contrato, atestado, declaração ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a empresa possui experiência mínima de 03 (três) anos, ininterruptos. (atendimento do art. 19, § 5º, 1 c/c § 6a, da IN 02/2008 e suas demais alterações.

6. A exigência de comprovação de a Licitante interessada ter prestado serviços terceirizados, compatíveis com o objeto deste certame, por período não inferior a três anos, encontra fundamentação na Instrução Normativa Nº 6, de 23 de dezembro de 2013.

7. Por fim, apresenta alegação de que alguns arquivos relacionados com o Edital publicado estariam corrompidos, e que a resolução do fato somente ocorreu no dia 06/11/2017, aduzindo que o tempo disponível para que as empresas interessadas em acorrer ao Pregão Eletrônico se tornasse incompatível com a complexidade do trabalho de elaboração das planilhas de custo e ainda a obtenção de toda a documentação exigida para a habilitação.

8. Por tais razões a Impugnante solicita a retificação do Instrumento Convocatório, de modo a fazer constar, como dito, os critérios estabelecidos como obrigatórios, pleiteando, inclusive, a prorrogação do prazo para abertura do Certame.

3. RAZÕES E CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que o pedido procede em parte e decide promover as alterações no texto do Edital, com base na justificativa a seguir:

A jurisprudência do TCU condena exigências editalícias que representem **ônus desnecessário ao licitante**, como no caso da realização de despesas desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato. Nesse sentido, podem ser citados os Acórdãos nº 481/2004 e nº 1.094/2004 - Plenário. Tal vedação se refere unicamente à obrigatoriedade de realização de gastos **anteriores à celebração do contrato**.

Com base nesta vedação, as exigências elencadas nas razões de impugnação com os números 1, 2, 3 e 4 serão inseridas no Instrumento Convocatório, porém exigidas apenas da **empresa licitante vencedora**, também pelas razões a seguir:

1. Conforme a própria Impugnante estabelece em suas razões, a Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e Portaria/DPF/MJ nº 3233/2012 estabelecem a apresentação de Alvará de Funcionamento como critério **para que possa operar e não para efeito de participação em licitações (Razões de Impugnação** página 4 de 22, parágrafo nº 6).
2. No tocante a comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado Federativo, o art. 14, II, da Lei nº 7.102/83 determina que a sua aplicabilidade destina-se à **operação da Empresa e não como condição de participação no certame**. Da mesma forma se refere o Art. 38 do Decreto nº 89.056/83.
3. Tratando-se do documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento, conforme determina a Portaria nº DPF/MJ nº 3233/2012, o Art. 9º, §§ 1º e 2º referem-se a necessidade de Renovação ou Revisão de Alvará emitidos a cada ano, para fins de continuar funcionando e não **como condição de participação no certame (Razões de Impugnação** página 8 de 22, parágrafo nº 19).
4. Quanto à prévia autorização do Departamento de Polícia Federal, tal condição é estabelecida para o exercício da atividade e **não para efeito de participação em licitações (Razões de Impugnação** página 5 de 22, parágrafo nº 9).
5. Por fim, o Art. 30 da Lei nº 8.666/1993 menciona o atendimento de requisitos previstos em Lei especial, **quando for o caso**, não aplicável à espécie.
6. Quanto a exigência de comprovação de a Licitante interessada ter prestado serviços terceirizados, compatíveis com o objeto deste certame, por período não inferior a três anos, fundamentada na Instrução Normativa Nº 6, de 23 de dezembro de 2013, esta será inserida no Instrumento Convocatório como condição para habilitação.
7. Para a alegação de que alguns arquivos relacionados com o Edital publicado estariam corrompidos, e que a resolução do fato somente ocorreu no dia 06/11/2017, tal

informação é improcedente, uma vez que os arquivos foram disponibilizados para a impugnante no dia 03/11/2017 às 16:16h, conforme *print* disponibilizado em nossa página na internet.

4. CONCLUSÃO:

É O JULGAMENTO DO RECURSO:

Acatar parcialmente as razões de Impugnação, alterar as condições editalícias, com a republicação do Instrumento Convocatório, retificando as exigências elencadas e alterando a data e hora para abertura do Certame para 20 de Novembro de 2017, às 15:00h (horário de Brasília), correspondente a 14:00h, no horário local.

João Pessoa – PB, 13 de Novembro de 2017.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial
(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

PROF. DR. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário – Autoridade Competente
(Original Assinado)